

A TEORIA DA VERDADE DE BOLZANO

Daft de Junho de 2021

Sumário: Bolzano propôs uma teoria da verdade que se diferencia das restantes por defender que as proposições são objetivas (não são juízos nem frases) e, conseqüentemente, que também as proposições verdadeiras (e as falsas) são objetivas (não constituem a correspondência entre um juízo/uma frase e um facto objetivo nem uma qualquer relação entre juízos/frases). Para além disso, considero que propõe uma teoria metafísica da correspondência (à qual não adiro), de acordo com a qual a verdade consiste na correspondência entre uma proposição objetiva e um facto.

Palavras-chave: Bolzano; Teorias da Verdade; Proposição; Correspondência; Verificação

Tenho, por finalidade, apresentar a teoria da verdade avançada por Bolzano na sua obra *Teoria da Ciência*¹.

Ela é, certamente, uma teoria robusta (não deflacionária): aceita que as palavras ‘verdadeiro’ e ‘falso’ não são meros expedientes linguísticos que nada acrescentam em termos de referência extra-linguística. Ela é uma teoria “tradicional” sobre a definição certa de ‘verdade’ (e de ‘falsidade’).

Mas Bolzano fornece uma definição objetiva de ‘verdade’ (a proposicional, não a ontológica), contrariamente a toda a tradição que lhe antecedeu e sucedeu. Considero que ainda defende uma teoria da correspondência: porém, não se trata da teoria da correspondência clássica, de carácter epistémico, mas de uma teoria metafísica da correspondência.

Efetivamente, todas as definições “tradicionais” de ‘verdade’ não-bolzanianas concordam que, mesmo que a verdade se distinga das chamadas ‘atitudes proposicionais’ (juízos, crenças,

¹ Este texto é, em grande parte, baseado no que, na minha dissertação de doutoramento, *Normatividade, Naturalidade e Necessidade*, escrevi acerca da teoria da verdade de Bolzano. Foi, em Janeiro de 2021, apresentado, nos seus traços gerais, no seminário de mestrado/doutoramento *Teoria da Justiça e o Problema da Verdade* da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo beneficiado dos comentários da Prof^a Fernanda Palma e dos alunos.

desejos, etc.) e que o sujeito ou os estados mentais não determinem a verdade de uma proposição (mesmo que não sejam fazedores de verdade – *truthmakers*), esta verdade está dependente do sujeito ou de estados mentais enquanto seus portadores de verdade (*truthbearers*). Isto é: todas concordam que, sem sujeito (e seus estados mentais), não há verdade nem falsidade; mais especificamente, sem que um sujeito afirme ou negue algo da realidade, nisso que é o juízo, não há verdade nem falsidade. Bolzano defende o contrário: há verdade/falsidade mesmo que não exista um sujeito a afirmar ou negar algo da realidade.

Bolzano chega à sua teoria objetiva da verdade (proposicional), desde logo, através da noção de ‘proposição’, que também considera ser um ente objetivo (mente-independente). As proposições são enunciados que podem ser ou não ser o caso. São como que propostas de verdade que podem concretizar-se numa verdade efetiva. E são, então, para Bolzano, propostas de verdade sem proponente:

“(...) we do not have to think of a proposition in itself as something propounded by someone; no more may we confuse it with an idea present in the consciousness of a thinking being, nor with an affirmation or *judgment*” (Bolzano 1837:48)

Estas proposições em si (‘proposição’ em sentido metafísico) distinguem-se das proposições em nós (‘proposição’ em sentido epistémico) por fazerem parte da realidade exterior, não constituindo estados mentais nem entes linguísticos.

O principal argumento a favor da concebibilidade destas proposições objetivas é este: as proposições não são afirmativas nem negativas, pois são meros enunciados que, então, sim, são o caso ou não (são verdadeiras ou falsas; ou uma terceira hipótese); mas os juízos (e as frases) são afirmativos ou negativos, pois neles, por definição, afirma-se ou nega-se algo (toma-se uma posição acerca) da realidade; logo, as proposições não são os juízos (nem as frases), sendo, isso sim, esse algo que é afirmado ou negado.

O julgar/dizer algo não se confunde com o próprio algo que é julgado/dito: julgar ou dizer que a Terra orbita em torno do Sol é afirmar algo da realidade, no caso, que a Terra orbita em torno do Sol, sendo que a proposição em questão é ‘a Terra orbita em torno do Sol’. Também poderia ser julgado/dito que a Terra não orbita em torno do Sol que, embora mudando o juízo/frase, não mudaria a proposição. Esta é verdadeira ou falsa e é afirmada ou negada (correta ou incorretamente).

De certa maneira, em qualquer juízo, há referência a algo, mesmo que esse juízo não corresponda a um facto. Basta que o juízo tenha conteúdo para “referir”. Por exemplo, se julgamos/dizemos que a Terra orbita em torno do Sol, estamos, por um lado, a “referir” a

proposição ‘a Terra orbita em torno do Sol’ e, por outro, a referir o facto de a Terra orbitar em torno do Sol. Já se julgamos/dizemos que a Terra é achatada, estamos, por um lado, a “referir” a proposição ‘a Terra é achatada’ e, por outro, não estamos a referir facto algum.

Algo surpreendentemente semelhante acontece quando julgamos/dizemos que, por exemplo, o Cristiano Ronaldo existe: só por falarmos de Cristiano Ronaldo, já estamos a “referir” algo, mesmo que seja algo que não exista (no caso, ainda existe). Claro que isso levamos ao problema levantado por Russell em *On Denoting* (na sua crítica à teoria, de Meinong, dos objetos cognitivos inexistentes): negamos a existência de algo enquanto pressupomos a sua existência, o que será contraditório. Mas não há contradição: uma coisa é falar de uma coisa que é um indivíduo e outra é falar de um indivíduo que existe. Da mesma maneira, uma coisa é falar de uma coisa que é uma proposição e outra é falar de uma proposição que é verdadeira.

Loux, em *Metaphysics: A Contemporary Introduction*, resume o argumento:

“The speaker is making a claim, making a statement, making an assertion; and a speaker cannot do that without claiming, stating, or asserting *something*. According to realists, then, there is something our speaker claims, states, or asserts; and realists deny that the thing she/he claims, states, or asserts is either the sentence the speaker utters or the objects she/he refers to” (Loux 1998:122)

A mesma ideia pode ser expressa através de mais um argumento: enquanto, entre a verdade e a falsidade de uma proposição, há uma relação de contradição, entre um juízo afirmativo e um juízo negativo há, apenas, uma relação de contrariedade (mera incompatibilidade sem contradição), pois pode não ser emitido qualquer juízo, afirmativo ou negativo, de todo.

Há outro argumento. Raramente (ou nunca) os juízos são contemporâneos dos factos: ou são posteriores (juízos puramente cognitivos), ou são anteriores (juízos preditivos). Por isso, se fossem os juízos os portadores de verdade e de falsidade, mal existisse um juízo, o mesmo teria logo de ser verdadeiro ou falso (ou outra coisa), mesmo não existindo, ainda, as circunstâncias que permitem avaliar se há ou não o facto correspondente. Por exemplo, um juízo presente sobre um acontecimento futuro (que, portanto, só se poderá realizar no futuro) já seria verdadeiro no presente, o que não tem sentido: se ainda não surgiu a oportunidade de ser verdade, não pode ser verdade. O portador de verdade tem de ser uma proposição, que não se confunde com o juízo e que é simultânea à oportunidade de verdade.

Basicamente, há que fazer a distinção entre proposição e atitude proposicional, isto é, entre proposição em si e estado mental relativo a uma proposição (juízo – *a* julga que a Terra orbita

em torno do Sol –, volição – *a* quer que a Terra orbite em torno do Sol –, etc.). E o argumento geral é este: os portadores de verdade (e falsidade) são as proposições; não há estados mentais portadores (originários) de verdade (e falsidade); logo, as proposições não são estados mentais. O juízo constitui uma atitude perante uma proposição (atitude proposicional), a de a considerar verdadeira (juízo afirmativo) ou falsa (juízo negativo); por isso, não pode ser a própria proposição.

E há argumentos diretos a favor da concebibilidade de uma verdade totalmente objetiva. O primeiro resulta do que já se disse a favor das proposições objetivas. Austin resume-o:

“Some say that ‘truth is primarily a property of beliefs’. But it may be doubted whether the expression ‘a true belief’ is at all common outside philosophy and theology: and it seems clear that a man is said to hold a true belief when and in the sense that he believes (in) something which is true, or believes that something which is true is true” (Austin 1950:26)

Os juízos são acerca de verdades; e só derivadamente poderão eles próprios ser verdadeiros. Isso torna-se claro quando reconhecemos que, para expressarmos um juízo, como o de que é verdade que a Terra orbita em torno do Sol, não precisamos dizer ‘É verdade que a Terra orbita em torno do Sol’, bastando dizer ‘A Terra orbita em torno do Sol’. Por ser redundante acrescentar o ‘É verdade que’, omitimo-lo: mas a referência à verdade dos juízos que emitimos e das frases (declarativas) que proferimos não desaparece.

Como foi dito, os nossos juízos são, por definição, afirmativos ou negativos, o que é o mesmo que dizer que, quando julgamos algo, julgamos que algo é verdadeiro ou falso: referimo-nos a algo exterior, que está na realidade. Não é por acaso que falamos em descobrir a verdade, em julgar que é verdade e em conhecer ou desconhecer verdades.

E, se fossem os juízos os portadores de verdade e de falsidade, não faria sentido falar em verdades modalizadas (necessárias, impossíveis, contingentes e meramente possíveis). Suponhamos que é necessariamente verdade que a Terra orbita em torno do Sol. Então, teria de ser necessariamente verdade que alguém emite o juízo ‘a Terra orbita em torno do Sol’. Bastaria que fosse possível não emitir o juízo ‘a Terra orbita em torno do Sol’ para que já não fosse necessariamente verdade que a Terra orbita em torno do Sol. Mas as duas situações – ser necessariamente verdade que a Terra orbita em torno do Sol e ser possível não emitir o juízo ‘a Terra orbita em torno do Sol’ – são perfeitamente compatíveis.

Podem ser avançados mais argumentos. Por exemplo, que há uma só verdade ‘a Terra orbita em torno do Sol’ mas há vários juízos com esse conteúdo. Ou que, mesmo após o

último juízo de que a Terra orbita em torno do Sol tiver sido emitido, continuará a ser verdade que a Terra orbita em torno do Sol. Ou que o nexos de consequência lógica se dá entre verdades e não entre juízos.

Já, especificamente, contra a teoria da correspondência na sua versão tradicional, a epistémica, há o seguinte argumento: a correspondência entre um juízo e um facto é inverificável e, se ‘verdade = correspondência entre um juízo e um facto’, então a verdade é inverificável; mas a verificação de verdades é não só possível como banal (acontece a todo o tempo); logo, ‘verdade \neq correspondência entre um juízo e um facto’.

Que a correspondência entre um juízo e um facto é inverificável, isso já se sabe faz algum tempo. Suponhamos que *a* quer confirmar que o seu juízo de que a Terra orbita em torno do Sol corresponde a um facto objetivo. Como é que ele poderá fazer isso? De alguma maneira, *a* tem de “sair” de si mesmo e, colocado na perspectiva de um terceiro observador, fazer a comparação. Mas isso é impossível. Mesmo que fosse possível, *a* teria de efetuar um juízo sobre a realidade (teria de dizer que há correspondência), e o problema ressurgiria (o de saber se esse juízo corresponde a um facto objetivo).

Basicamente, pode haver correspondência relativamente a falsidades e não haver correspondência relativamente a verdades: por exemplo, pode *a* julgar acertadamente que a Terra não é aplanada (pois é falso que o seja) e julgar erradamente que a Terra orbita em torno do Sol (pois é verdadeiro que orbita).

E será isso a correspondência epistémica: mero acerto ou desacerto (erro) do juízo relativamente à realidade de facto, isto é, quanto à verdade ou falsidade de uma proposição. É claro que a também são concebíveis proposições da forma ‘o juízo *j* do sujeito *s* acertou quanto ao facto *f*’, que serão verdadeiras ou falsas. Mas sê-lo-ão independentemente de existir um segundo sujeito, *s*’, que afirme ou negue essa proposição.

Da mesma maneira que há que distinguir verdade de correspondência com a verdade, há que distinguir critério de verdade de critério de correspondência. O que foi dito quanto à inverificabilidade tem que ver com o critério de correspondência, não com o critério de verdade.

O que diz, então, Bolzano sobre o que seja a verdade?

“I understand a truth in itself to be any proposition whatsoever which states something to be as it is, leaving it undetermined whether this proposition has or has not been thought by anyone” (Bolzano 1837:56)

O primeiro traço desta definição já foi visto: trata-se de uma noção puramente metafísica de ‘verdade proposicional’. Assim, sendo a proposição ‘a Terra orbita em torno do Sol’ verdadeira, ela continuaria a ser verdadeira mesmo que não existisse o sujeito *a* ou qualquer outro sujeito cognitivo-linguístico a afirmar que a Terra orbita em torno do Sol.

Isto é reforçado várias vezes no texto, pelo que cito apenas uma delas:

“(…) one must distinguish, as I have already said several times, the concept of a *truth in itself* from the concept of a *known truth*” (*idem*, 59)

Por outro lado, Bolzano não abdica da noção de ‘correspondência’. Bolzano não desenvolve este ponto mas sempre diz que, numa verdade, o que é “afirmado” é tal e qual como a proposição “afirma” que é. Isto, parece-me, é a defesa de uma relação de correspondência entre a proposição e o facto. Juntando a pretensão de que as proposições são entes objetivos e não juízos, obtemos a seguinte definição de ‘verdade’: correspondência entre um enunciado e um facto, independentemente de tal enunciado ser ou não afirmado por algum sujeito.

Obtemos, então, duas teorias da correspondência: de acordo com a versão metafísica (a bolzaniana), ‘verdade (proposicional)’ é ‘a correspondência entre uma proposição objetiva e um facto’; de acordo com a versão epistémica (a tradicional), ‘verdade (proposicional)’ é ‘a correspondência entre um juízo e um facto objetivo’.

A principal objeção à teoria metafísica da correspondência tem que ver com a definição de ‘facto’: ‘facto’ pode ser definido como ‘a proposição verdadeira’ e, então, na definição de ‘verdade’, já temos o termo a definir. Entre a proposição verdadeira e o facto, há identidade, não uma mera correspondência.

Assim sendo, há circularidade na definição de Bolzano: a verdade seria a correspondência entre uma proposição e uma proposição verdadeira (por exemplo: a proposição ‘a Terra orbita em torno do Sol’ seria verdadeira caso correspondesse à proposição verdadeira ‘a Terra orbita em torno do Sol’).

Em rigor, a correspondência de Bolzano é a relação tríplice existente entre proposição, facto e sujeito cognitivo: este compara a proposição por ele pensada – que surge como uma mera hipótese de verdade – com o facto por ele conhecido, para ver se ela é o (idêntica ao) facto (ou seja, verdadeira). Se se preferir, será a relação quádruplice entre proposição, facto, proposição pensada (num “pré-juízo”) e facto conhecido (num juízo).

Por esta razão, considero que a teoria metafísica da correspondência será, não uma boa teoria da verdade, mas uma boa teoria do critério de verdade. Melhor, para quem defenda

que a verificação (empírica), ainda que em conjunto com a demonstração (lógica), constitui uma forma de confirmar verdades, a teoria metafísica da correspondência fornece uma boa densificação da noção de ‘verificação’. Quando se fala em ‘correspondência’, não se está a falar do que seja a verdade mas, sim, de como se verifica (deve verificar) que uma proposição é verdadeira: “pegamos” numa proposição mentalmente representada e confrontamo-la com o “mundo” dos factos – como quem diz, com o juízo que resulta da experiência – para aferir se (confirmar que) a mesma é verdadeira ou falsa, ou seja, se há ou não um facto correspondente. É a verificação da identidade entre a proposição verdadeira (facto) e a proposição pensada como hipótese (de verdade)².

Concordo com o que Ayer (um defensor da teoria da redundância) diz sobre a teoria da correspondência de Schlick:

“Must we then regard all 'theories of truth' as attempts to answer a fictitious question, and so as nonsense? No, we may regard them as attempts to answer the genuine empirical question How are propositions actually validated? So that when Professor Schlick says that the truth of a synthetic proposition consists in its agreement with reality, and not merely in its logical compatibility with other propositions, we may assume that he is attempting to show what is the criterion that people actually apply to their beliefs. In this view, what he is saying is that, as a matter of fact, we are not prepared to accept a system of synthetic propositions as valid merely on the ground of

² Daí que se tenha de distinguir a confirmação da verdade (a correspondência de Bolzano) da confirmação de que foi confirmada a verdade. Como a primeira implica a correspondência tradicional (entre juízo e facto), a segunda acaba por consistir na comprovação dessa correspondência: uma coisa é perguntar pela comprovação de que (é verdade que) a Terra é redonda e outra é perguntar pela comprovação da correspondência entre o juízo de que (é verdade que) a Terra é redonda e o facto de a Terra ser redonda. Este último é um problema meta de confirmação: podemos dizer que se trata do problema epistémico da confirmação, não do problema metafísico da confirmação (se é que se pode dizer isto, tendo em conta que a noção de ‘confirmação’ constitui, já, uma noção epistémica).

Se queremos aferir se a proposição ‘a Terra orbita em torno do Sol’ é verdadeira ou falsa, essa confirmação far-se-á nos seguintes termos: vamos simplesmente ao plano dos factos e verificamos se aquela proposição (pensada) corresponde ou não a um facto, o facto de a Terra orbitar em torno do Sol. E isto não tem problema algum: fazemos isso constantemente. Já se aferir se o juízo com esse conteúdo proposicional corresponde a um facto, então a confirmação tem por objeto o *match* entre o juízo de que a Terra orbita em torno do Sol e um facto objetivo. Só que, como já foi dito, não é possível fazer isso: estamos sempre “fechados” na nossa própria mente.

its logical self-consistency, but require also that it should agree with reality. Can we accept this as a correct account of our procedure? I think we can, if we give a suitable interpretation to the objectionably vague expression ‘agreement with reality’” (Ayer 1935:29)

É de notar que haver identidade entre a proposição verdadeira e o facto não significa nem implica a correção da teoria da identidade (outra teoria da verdade), pois esta assume essa identidade como a própria definição de ‘verdade’, trocando a ordem da definição certa (‘facto =_{def} proposição verdadeira’ e não ‘proposição verdadeira =_{def} facto’). Basicamente, não se trata de uma proposição ser idêntica a um facto (sob a condição de ser verdadeira), porque os factos têm, sempre, algo que as proposições não têm, a saber, precisamente, a verdade. Idêntica a um facto é a proposição verdadeira.

Bibliografia

- . Austin, J.L. (1950) “Truth”, in *The Nature of Truth – Classic and Contemporary Perspectives*, Michael Lynch (Ed.), Massachusetts: MIT Press, pp. 25-40
- . Ayer, A.J. (1935) “The Criterion of Truth”, *Analysis*, 3: 28–32
- . Bradley, F.H. (1914) *Essays on Truth*, Oxford: Clarendon Press
- . Bolzano, Bernard (1837) *Theory of Science*, Translated from the German by Burnham Terrell (1973), Dordrecht, Holland: D. Reidel Publishing Company
- . Coutinho, Jorge (2003) *Filosofia do Conhecimento*, Lisboa: Universidade Católica Editora
- . Hornsby, Jennifer (1997) “Truth: the Identity Theory”, *Proceedings of the Aristotelian Society*: 1–24
- . Horwich, Paul (1990) *Truth*, Oxford: Blackwell
- (2001) “A Defense of Minimalism”, *Synthese*, Vol. 126, No. 1/2, Truth, pp. 149-165
- . James, William (1907). “Pragmatism's Conception of Truth”, *The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods*, Vol. 4, No. 6, pp. 141-155
- . Loux, Michael J. (1998) *Metaphysics: A Contemporary Introduction*, New York: Routledge (3rd ed.)
- . Lynch, Michael (Ed.) (2001) *The Nature of Truth – Classic and Contemporary Perspectives*, Massachusetts: MIT Press
- . McDowell, J. (2005) “The True Modesty of an Identity Conception of Truth”, *International Journal of Philosophical Studies*, 13: 83–8

- . McGrath, Matthew (2003) “What the Deflationist May Say About Truthmaking”, *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. LXVI
- . Quine, W.V.O. (2001) “Truth”, in *The Nature of Truth – Classic and Contemporary Perspectives*, Michael Lynch (Ed.), Massachusetts: MIT Press, pp. 473-482
- . Ramsey, F.P. (1927) “Facts and Propositions”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, 7 (Supplementary): 153–170
- (1929) “The Nature of Truth”, in *The Nature of Truth – Classic and Contemporary Perspectives*, Michael Lynch (Ed.), Massachusetts: MIT Press, pp. 433-446
- . Russell, Bertrand (2006) *Os Problemas da Filosofia*, Tradução de António Sérgio. Lisboa: Lisboa Editora
- . Tarski, Alfred (1944) “The Semantic Conception of Truth and the Foundations of Semantics”, in *The Nature of Truth – Classic and Contemporary Perspectives*, Michael Lynch (Ed.), Massachusetts: MIT Press, pp. 331-364
- . Walker, Ralph C. S. (2001) “The Coherence Theory”, in *The Nature of Truth – Classic and Contemporary Perspectives*, Michael Lynch (Ed.), Massachusetts: MIT Press, pp. 123-158